



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 – Santa Cruz da Baixa Verde - PE

30.497.230/0001-79

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2024
CONTRATO Nº 020/2024

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DA BAIXA
VERDE/PE E A EMPRESA EDITORA LUME LTDA,
PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICAM.

O **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE/PE**, Estado de Pernambuco, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 30.497.230/0001-79, com sede na Rua João Roque da Silva, nº 349, Bairro Centro, Santa Cruz da Baixa Verde/PE, CEP: 56.895-000, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Gestor o senhor **JOSÉ IRLANDO DE SOUZA LIMA**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG 2.894.715 SSP/PE e do CPF nº 507.699.524-53, residente e domiciliado na Rua Padre Cicero nº 375 - Centro - Santa Cruz da Baixa Verde/PE, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, do outro lado, a empresa: **EDITORA LUME LTDA**, inscrita no CNPJ, sob o nº 37.569.205/0001-00, estabelecida na Estrada de Tabatinga, nº 336, letra A, Bairro Tabatinga – Igarassu – PE, representada neste ato pela Sr^a. ELITA MARIA AFONSO FERREIRA SPINELLI, Brasileira, Solteira, natural da cidade do Recife/PE, empresária, portador do RG nº 9.242.669 SDS-PE e CPF nº 106.558.744-96, doravante aqui denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato decorrente do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2024 – Inexigibilidade de Licitação nº 02/2024**, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, juntamente com a Proposta Comercial apresentada pela **CONTRATADA**, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas, as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste Contrato, que reger-se-á pelo disposto no Art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e, mediante as cláusulas a seguir dispostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para aquisição de Livros Paradidáticos a serem utilizados na complementação e reforço da aprendizagem dos alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental-I; e Ensino Fundamental II. contemplando as coleções a seguir descritas, conforme demanda da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as especificações e condições constantes do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, anexos ao presente Processo Licitatório e Proposta de Preços da licitante contratada.

1.2. Objeto da contratação:

Para atender alunos do Ensino Fundamental I					
Item	Livro	Indicação	Qnt.	V. Unit.	V. Total
1	Água suja se lava em casa Autor: Paulo Rocha ISBN: 978-85-8165-036-4	Fundamental I	778	R\$ 37,41	R\$ 29.104,98
2	Energia limpa no final do túnel Autor: Paulo Rocha ISBN: 978-85-8165-040-1	Fundamental I	778	R\$ 37,41	R\$ 29.104,98



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 – Santa Cruz da Baixa Verde - PE

30.497.230/0001-79

3	Lugar de futuro não é no lixo Autor: Paulo Rocha	Fundamental I	778	R\$ 37,41	R\$ 29.104,98
	ISBN: 978-85-8165-037-1				
4	Nordeste Brasileiro (O) - a convivência com a seca Autor: Lucivânio Jatobá e Alineaurea Florentino Silva ISBN: 978-85-8165-400-3	Fundamental I	778	R\$ 37,41	R\$ 29.104,98
Total Geral					R\$ 116.419,92

Para atender alunos do Ensino Fundamental II					
Item	Livro	Indicação	Qnt.	V. Unit.	V. Total
1	Como empreender? - Conceitos básicos sobre empreendedorismo Autor: Milena Assunção	Fundamental II	535	R\$ 48,00	R\$ 25.680,00
	ISBN: 978-85-8165-663-2				
Total Geral					R\$ 25.680,00

PROJETO LITERATURA E LUDICIDADE NO DESENV. INFANTIL						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO / ISBN		INDICAÇÃO	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
	PROJETO LITERATURA E LUDICIDADE NO DESENV. INFANTIL.		INFANTIL	6	R\$ 32.500,00	R\$ 195.000,00
1	Autor(a): C Iara Ferreira Mendes					
	ISBN: 978-85-8165-666-3					
TOTAL						R\$ 195.000,00

Para atender alunos do Ensino Fundamental I					
Item	Livro	Indicação	Qnt.	V. Unit.	V. Total
1	Coleção Tecendo Saberes – Cultura (acompanha caderno de Atividades) Autor: Milena Assunção R. de Souza ISBN: 978-85-8165-674-8	Fundamental I	778	R\$ 45,00	R\$ 35.010,00
2	Coleção Tecendo Saberes –Hábitos Saudáveis (acompanha caderno de Atividades)	Fundamental I	778	R\$ 45,00	R\$ 35.010,00
	Autor: Milena Assunção R. de Souza				
	ISBN: 978-65-999455-6-4				
3	Coleção Tecendo Saberes – Meio Ambiente (acompanha caderno de Atividades)	Fundamental I	778	R\$ 45,00	R\$ 35.010,00
	Autor: Milena Assunção R. de Souza				
	ISBN: 978-65-999455-1-9				
4	Coleção Tecendo Saberes – Educação no Trânsito (acompanha caderno de Atividades)	Fundamental I	778	R\$ 45,00	R\$ 35.010,00
	Autor: Milena Assunção R. de Souza				
	ISBN: 978-65-999455-3-3				
5	Coleção Tecendo Saberes – Cidadania (acompanha caderno de Atividades)	Fundamental I	778	R\$ 45,00	R\$ 35.010,00
	Autor: Milena Assunção R. de Souza				
	ISBN: 978-85-8165-678-6				
TOTAL					R\$ 175.050,00

Para atender todos os alunos do Ensino Fundamental I e II					
Item	Livro	INDICATIVO	V. Unit.	V. Total	V. Total
1	Todos Contra o Aedes Aegypti Autor: Milena Assunção ISBN: 978-85-8165-654-0	FUNDAMENTAL I E II	535	R\$ 35,00	R\$ 18.725,00
TOTAL:					R\$ 18.725,00

TOTAL GERAL				R\$ 530.874,92
DESCONTO DA EDITORA			20%	R\$ 106.174,98
TOTAL GERAL LÍQUIDO DA COMPRA				R\$ 424.699,94
(QUATROCENTOS E VINTE E QUATRO MIL SEISCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS)				



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 – Santa Cruz da Baixa Verde - PE

30.497.230/0001-79

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Estudo Técnico Preliminar;
- 1.3.2. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.3.3. A Autorização de Contratação Direta;
- 1.3.4. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item, se houver, é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor global da contratação é de R\$ 424.699,94 (quatrocentos e vinte e quatro mil seiscentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos), consoante descrição abaixo:

Para atender alunos do Ensino Fundamental I					
Item	Livro	Indicação	Qnt.	V. Unit.	V. Total
1	Água suja se lava em casa Autor: Paulo Rocha ISBN: 978-85-8165-036-4	Fundamental I	778	R\$ 37,41	R\$ 29.104,98
2	Energia limpa no final do túnel Autor: Paulo Rocha ISBN: 978-85-8165-040-1	Fundamental I	778	R\$ 37,41	R\$ 29.104,98
3	Lugar de futuro não é no lixo Autor: Paulo Rocha ISBN: 978-85-8165-037-1	Fundamental I	778	R\$ 37,41	R\$ 29.104,98
4	Nordeste Brasileiro (O) - a convivência com a seca Autor: Lucivânio Jatobá e Alineaurea Florentino Silva ISBN: 978-85-8165-400-3	Fundamental I	778	R\$ 37,41	R\$ 29.104,98
Total Geral					R\$ 116.419,92

Para atender alunos do Ensino Fundamental II					
Item	Livro	Indicação	Qnt.	V. Unit.	V. Total



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 – Santa Cruz da Baixa Verde - PE

30.497.230/0001-79

1	Como empreender? - Conceitos básicos sobre empreendedorismo Autor: Milena Assunção ISBN: 978-85-8165-663-2	Fundamental II	535	R\$ 48,00	R\$ 25.680,00
Total Geral					R\$ 25.680,00

PROJETO LITERATURA E LUDICIDADE NO DESENV. INFANTIL						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO / ISBN		INDICAÇÃO	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
	PROJETO LITERATURA E LUDICIDADE NO DESENV. INFANTIL.		INFANTIL	6	R\$ 32.500,00	R\$ 195.000,00
1	Autor(a): C Iara Ferreira Mendes					
	ISBN: 978-85-8165-666-3					
TOTAL						R\$ 195.000,00

Para atender alunos do Ensino Fundamental I					
Item	Livro	Indicação	Qnt.	V. Unit.	V. Total
1	Coleção Tecendo Saberes – Cultura (acompanha caderno de Atividades) Autor: Milena Assunção R. de Souza ISBN: 978-85-8165-674-8	Fundamental I	778	R\$ 45,00	R\$ 35.010,00
2	Coleção Tecendo Saberes –Hábitos Saudáveis (acompanha caderno de Atividades)	Fundamental I	778	R\$ 45,00	R\$ 35.010,00
	Autor: Milena Assunção R. de Souza				
	ISBN: 978-65-999455-6-4				
3	Coleção Tecendo Saberes – Meio Ambiente (acompanha caderno de Atividades)	Fundamental I	778	R\$ 45,00	R\$ 35.010,00
	Autor: Milena Assunção R. de Souza				
	ISBN: 978-65-999455-1-9				
4	Coleção Tecendo Saberes – Educação no Trânsito (acompanha caderno de Atividades)	Fundamental I	778	R\$ 45,00	R\$ 35.010,00
	Autor: Milena Assunção R. de Souza				
	ISBN: 978-65-999455-3-3				
5	Coleção Tecendo Saberes – Cidadania (acompanha caderno de Atividades)	Fundamental I	778	R\$ 45,00	R\$ 35.010,00
	Autor: Milena Assunção R. de Souza				
	ISBN: 978-85-8165-678-6				
TOTAL					R\$ 175.050,00

Para atender todos os alunos do Ensino Fundamental I e II					
Item	Livro	INDICATIVO	V. Unit.	V. Total	V. Total
1	Todos Contra o Aedes Aegypti Autor: Milena Assunção ISBN: 978-85-8165-654-0	FUNDAMENTAL I E II	535	R\$ 35,00	R\$ 18.725,00
TOTAL:					R\$ 18.725,00

TOTAL GERAL				R\$ 530.874,92
DESCONTO DA EDITORA			20%	R\$ 106.174,98
TOTAL GERAL LÍQUIDO DA COMPRA				R\$ 424.699,94
(QUATROCENTOS E VINTE E QUATRO MIL SEISCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS)				



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 – Santa Cruz da Baixa Verde - PE

30.497.230/0001-79

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 – Santa Cruz da Baixa Verde - PE

30.497.230/0001-79

aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

6.2. Por se tratar de fornecimento de pronta entrega, não será concedido qualquer reajuste no preço do objeto contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do Contratante:



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 – Santa Cruz da Baixa Verde - PE

30.497.230/0001-79

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 – Santa Cruz da Baixa Verde - PE

30.497.230/0001-79

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 – Santa Cruz da Baixa Verde - PE

30.497.230/0001-79

8.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 – Santa Cruz da Baixa Verde - PE

30.497.230/0001-79

- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- iv) **Multa:**
 - (1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta.) dias;
 - (2) compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

9.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

1.1.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

1.1.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

1.1.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 – Santa Cruz da Baixa Verde - PE

30.497.230/0001-79

- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

9.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

9.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

9.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

10.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

10.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

10.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

10.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 – Santa Cruz da Baixa Verde - PE

30.497.230/0001-79

10.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.3.3. Indenizações e multas

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

5.12000.12002.12.361.120042.83 - 3.3.90.32

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas legais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 – Santa Cruz da Baixa Verde - PE

30.497.230/0001-79

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

É eleito o Foro Do Município de Santa Cruz da Baixa Verde (PE), como competente para dirimir dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução do presente contrato Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Santa Cruz da Baixa Verde (PE), 31 de Outubro de 2024

JOSÉ IRLANDO DE SOUZA LIMA
PREFEITO
CONTRATANTE

ELITA MARIA AFONSO FERREIRA SPINELLI
CPF nº 106.558.744-96
EDITORA LUME LTDA-EPP
Contratado

TESTEMUNHAS:

Nome:.....

CPF nº:

Nome:.....

CPF nº: